

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

A transição, o social e o fiscal (Artigo)..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Ministra considera ilegal trava aplicada em contribuição ao INSS..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - AMBIENTE
SERVIDOR PÚBLICO

Dado anual de desmatamento está pronto, mas governo deve esperar fim da COP para divulgá-lo..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário: Saiba quem pode receber e a melhor forma de usar o dinheiro..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

'PEC da Transição é passo para mudança do regime fiscal'..... 9

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em 2003, reforma da Previdência teve pacto com chefes dos executivos estaduais..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Corte do ICMS custou R\$ 25 bi, dizem Estados..... 11

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores vão se reunir com Lula em janeiro para discutir compensação do ICMS e investimentos em infraestrutura..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rombo fiscal volta a ameaçar Estados..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Queda da inflação depende de apoio da política fiscal (Editorial)..... 15

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lei orçamentária está na CCJ aguardando emendas..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Tendência é de uma relação fluida entre Brasil e Chile, avalia embaixador..... 17

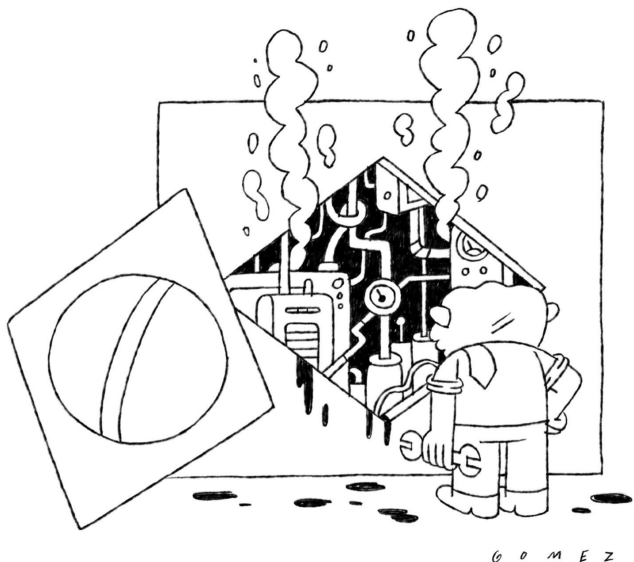
CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Democratas festejam a maioria no Senado..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com receita de ICMS menor, Estados falam em rever investimentos.....	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Como as decisões do novo governo podem mexer com os investimentos.....	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
"Previdência privada 2.0" promete retorno maior ao investidor.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Empresas aumentam envio de recursos para o Brasil.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Partidos do Centrão querem restringir PEC da Transição.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Rixas afetam poder do G20 de reativar economia global.....	32

A transição, o social e o fiscal (Artigo)



BENITO SALOMÃO

Diante da transição em curso, o governo eleito sinaliza suas prioridades, deixando claro, no meu entendimento de forma acertada, que vai recuperar a agenda social abandonada na última década. O Brasil empobreceu nos últimos anos e as camadas posicionadas na base do estrato social sofrem mais com isso, por vias de privações de itens básicos de cidadania como alimentação e vestuário. Portanto, a agenda de readequar o Bolsa Família aos seus critérios originais de focalização e contrapartidas, somado ao fortalecimento do salário mínimo, são extremamente bem-vindas. Outras pautas, igualmente importantes, como a recuperação da ciência e tecnologia deveriam estar entre essas prioridades.

A agenda social de Lula, no entanto, passa por um desafio não trivial. Seus programas exigem recursos públicos escassos e vão, certamente, ser confrontados em algum período com a restrição fiscal do Estado. De forma que o problema que a equipe de transição enfrenta não é puramente o de redesenhar políticas públicas a fim de torná-las mais progressivas, mas sim de fazer isso respeitando a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

A boa notícia é que essas pautas não são inconciliáveis se bem desenhadas e anunciadas adequadamente ao público. O Auxílio Brasil, tal qual foi concebido pelo governo atual, tinha problemas de focalização, isso tornava o programa relativamente caro e pouco efetivo no seu objetivo principal de mitigar a pobreza. O salário mínimo, por sua vez,

indexa um conjunto relevante de rubricas do orçamento, como, por exemplo, a **previdência social**. Achatar em termos reais o salário mínimo nos últimos anos foi uma estratégia de segurar o crescimento compulsório das despesas públicas, particularmente as obrigatórias. Evidentemente que o represamento do salário mínimo é uma tentativa injusta de jogar o custo do ajuste fiscal nos ombros dos pobres.

O governo eleito caminha para corrigir tais injustiças. Via de regra, governos que entram herdam peças orçamentárias elaboradas pelos governos que saem. Desta vez está sendo diferente, a equipe de transição está articulando diretamente com a relatoria do orçamento no Congresso, o espaço fiscal para incluir sua pauta social. Até o presente momento, dois erros (corrigíveis a partir do momento que os coordenadores de grupos temáticos são conhecidos) podem ser apontados.

Primeiro, tentar encaminhar por via de emenda à Constituição (PEC) sua pauta social para 2023. A política fiscal brasileira está viciada em PECs, criam-se PECs para limitar gastos e depois cria-se PECs para burlar tais limites em conformidade com a lei. Vale lembrar, ainda, um elemento conjuntural. Este é um governo cuja maioria no Congresso é frágil, os partidos puramente de esquerda representam apenas 27% da bancada na Câmara e a lealdade dos partidos de centro que comporão a base muda de acordo com o humor das ruas. Portanto, quanto menos assuntos o governo conseguir tratar sem precisar formar maiorias qualificadas no Congresso, melhor.

Em segundo lugar, o governo sinaliza a acomodação de demandas sociais, mas não sinaliza na mesma magnitude a preocupação com o problema fiscal, que existe. O Brasil está em deficit primário desde 2014 e, a depender do tamanho do pacote social incorporado no orçamento de 2023, pode ter um deficit primário elevado naquele exercício. Isso não é problema se o governo for capaz de acomodar expectativas. Porém, só pode ser feito por via de um compromisso fiscal, ou seja, uma regra formal na qual o governo se comprometa com metas fiscais realistas a partir de 2024.

Vale ressaltar que a sustentabilidade fiscal é um problema de otimização dinâmica cujos agentes formam expectativas acerca do comportamento futuro esperado de um conjunto amplo de agregados. Neste arcabouço teórico, gastos públicos adicionais (independentemente do mérito) podem sugerir

impostos, juros e **inflação** mais altos no futuro, reduzindo a renda permanente dos indivíduos. Dado que expectativas são fenômenos psicológicos profundamente subjetivos, o oposto também pode acontecer. Elevações de gastos públicos podem sugerir expansão da renda futura, com redução dos juros e preços.

Tão importante quanto a criação do colchão social no orçamento de 2023 é administrar tais expectativas visando conduzi-las para o segundo cenário. Para isso o governo eleito deve sinalizar, já na transição, uma regra fiscal que discipline o gasto público, particularmente o obrigatório, a fim de ganhar a confiança dos agentes, preservando o país de desequilíbrios macroeconômicos a médio prazo.

Doutor em economia pelo PPGE/Universidade Federal de Uberlândia (MG)

Ministra considera ilegal trava aplicada em contribuição ao INSS

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187381>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187381>

Dado anual de desmatamento está pronto, mas governo deve esperar fim da COP para divulgá-lo

O governo federal já recebeu do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) o dado anual do desmatamento na Amazônia, consolidado pelo sistema Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélite).

No entanto, o resultado não deve ser divulgado enquanto o país participa da COP27, a conferência do clima da ONU, que vai até o dia 18, no Egito.

A Folha apurou que o MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) prevê divulgar o dado no final do mês, a partir do dia 28, até no máximo 2 de dezembro.

Não é a primeira vez que o governo de Jair Bolsonaro evita divulgar os dados de desmatamento em uma COP do clima -tradição que vinha sendo mantida desde 2005 pelos governos brasileiros.

Em 2021, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, defendeu ao longo da COP26 (realizada na Escócia) que o desmatamento na Amazônia apresentava tendência de baixa, usando dados dos últimos meses do Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real).

Embora tivesse o dado anual do Prodes disponível desde o dia 27 de outubro daquele ano, o governo seguiu a divulgação do número. O resultado só foi revelado após uma nota do SindCT (sindicato dos **servidores públicos** federais do setor aeroespacial) ter afirmado que a informação já estava disponível há quase um mês.

O sistema Deter, que emite alertas diários de desmatamento, já indica recordes a cada mês ao longo do ano, indicando mais uma possível alta do Prodes em relação ao ano anterior, afirma o engenheiro florestal e coordenador do Mapbiomas, Tasso Azevedo.

Não é possível, no entanto, fazer uma comparação direta entre os dados dos sistemas, já que há constante aprimoramento do Deter, mudando a relação com os resultados do Prodes, ainda segundo Azevedo. "Mas o fato de não se publicar agora é sinal

de que vem um número ruim", avalia.

Se a alta for confirmada, será a primeira vez desde o início das medições (em 1988) que ocorrem quatro altas consecutivas na taxa de desmatamento da Amazônia. O resultado deve consolidar também o salto de patamar em relação à média mantida antes do governo Bolsonaro.

O desmatamento saltou de uma média de 7.000 km² - mantida entre 2015 e 2018, em uma média simples dos dados do sistema Prodes- para mais de 10 mil km² em 2019, subindo novamente para 10,9 mil km² em 2020 e para 13,2 mil km² em -2021.

Segundo o secretário de Amazônia e serviços ambientais do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Freire, a pasta não tem ingerência sobre o dado ou sua divulgação. Procurado por e-mail, o MCTI não respondeu à reportagem. Ana Carolina Amaral

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50095>

13º salário: Saiba quem pode receber e a melhor forma de usar o dinheiro

Rafaela Gonçalves

Cerca de 85,5 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada devem receber, até dia 30 deste mês, a primeira parcela do 13º salário. A gratificação anual pode ser paga integralmente ou liquidada em duas parcelas, e a segunda precisa ser creditada até 20 de dezembro. Com a proximidade das festas de fim de ano, consumidores já fazem planos de como pretendem gastar esses recursos. Mas especialistas sugerem que a prioridade do uso do benefício seja o pagamento dos débitos, porque os juros estão altos e o endividamento das famílias, muito elevado.

Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o 13º tem potencial de injetar cerca de R\$ 249,8 bilhões na economia brasileira. Recebem o benefício trabalhadores do mercado formal, empregados domésticos com registro em carteira, beneficiários da **Previdência Social** e aposentados e pensionistas dos governos federal e regionais.

Por lei, a partir de 15 dias de prestação de serviço, todo trabalhador passa a ter direito ao 13º salário. A primeira cota pode ser liberada antes, com depósito dos valores no mês de aniversário do trabalhador ou nas férias, conforme opção do profissional. O cálculo deve incluir as receitas oriundas do salário bruto, conforme a atividade exercida. O valor é somado e dividido por 12 e, depois, multiplicado pelos meses trabalhados.

Contudo, é preciso ficar atento às faltas. Quem tiver mais de 15 faltas não justificadas em um mês de serviço, perde 1/12 avos relativos ao período, alerta a advogada trabalhista Paula Borges.

Aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tiveram as duas parcelas antecipadas no primeiro semestre deste ano. Logo, agora, a categoria não receberá nada além do benefício mensal. Os novos segurados, porém, vão ter o dinheiro depositado neste mês. Os valores são proporcionais, conforme a quantidade de meses em que o segurado recebeu a aposentadoria, a pensão ou o auxílio no ano, mas serão pagos integralmente.

A gerente de mídias sociais Maria Fernanda Soares,

de 24 anos, vai receber o 13º pela primeira vez neste ano e já fez planos de como pretende gastar o benefício. Estou no meu primeiro emprego de carteira assinada. Não devo receber o valor integral, porque comecei em março, mas, ainda assim, vai ser um extra muito bom. Quero usar esse dinheiro para trocar meu celular por um melhor, não só por puro luxo, mas porque é minha ferramenta de trabalho, conta.

Endividamento

Devido ao índice recorde de endividamento no país, que atinge 80% das famílias brasileiras, a líder regional da XP Investimentos no Centro-Oeste, Vanessa Thomé, explica que o 13º é uma renda importante que deve ser priorizada no pagamento de dívidas ou na quitação de contas que costumam pesar no orçamento no começo do ano. A maioria dos brasileiros utiliza esse recurso de forma equivocada. O 13º salário só deve ser usado para lazer ou presentes de fim de ano por aqueles que não possuem dívidas ou que já possuem uma outra reserva para as contas de janeiro, orienta a especialista.

Contudo, essa não é a prioridade dos consumidores, segundo pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que, no ano passado, indicou 33% dos brasileiros querendo gastar o 13º com presentes de Natal e 34% afirmando que poupariam os recursos. Outros 24% disseram que utilizariam o dinheiro extra para as comemorações de Natal ou de réveillon e apenas 16% afirmaram que usariam o valor para pagar **tributos** e quitar dívidas atrasadas.

O professor David Paiva Sebben, 33, é uma das pessoas que pretendem usar o benefício para se organizar melhor financeiramente. O 13º será muito bem-vindo. Pretendo pagar algumas dívidas de cartão de crédito que foram feitas ao longo do ano e, de repente, sanar algumas parcelas que ainda tenho a correr. Além do que, vai ajudar nas despesas com a matrícula e o material escolar da minha filha, afirma.

O desejo do professor também era de viajar, mas o aumento dos preços das viagens aéreas se tornou um grande empecilho. Infelizmente, as passagens de avião estão muito caras, fica difícil viajar, ainda mais nesse período de férias, que é mais movimentado, diz. Levantamento da Confederação Nacional das

Indústrias (CNI), realizado em agosto deste ano, informa que mais da metade dos entrevistados reduziram despesas com lazer, deixaram de comprar roupas ou desistiram de viajar, em 2022, devido à situação financeira.

Educação financeira

Segundo o economista da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques, muitas vezes, devido à falta de planejamento, as pessoas acabam tendo problemas na hora de priorizar o pagamento de dívidas em vez do consumo. A maioria das famílias está endividada e não usa esse dinheiro extra para pagar as contas e acabam comprando e se endividando ainda mais. Por isso, o maior problema é a falta de educação financeira. Sabemos que, como diz o conhecido ditado, dinheiro na mão é vendaval, as pessoas são compulsivas em gastar e não pensam em quitar dívidas para não comprometer a renda futura, destaca.

Esse dinheiro extra, de acordo com Marques, também pode ser reservado para o pagamento de **tributos** que começam a ser cobrados em janeiro, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o licenciamento veicular.

Para o economista da Vallus Capital Matheus Eid Lubrani, o 13º deveria ser tratado como parte da renda anual, a fim de evitar sobressaltos no orçamento familiar. Não se deve fazer gastos que não estavam no escopo durante o ano que passou, ou seja, o recurso adquirido do 13º salário deve ser diluído durante todo o ano seguinte, assim evitam-se gastos desnecessários e ainda é possível aumentar a renda média mensal, diz. De acordo com ele, não há investimento melhor do que pagar as dívidas, pois não há rentabilidade que superará os juros de cheque especial ou cartão de crédito.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5051616-13-salario-saiba-quem-pode-receber-e-a-melhor-forma-de-usar-o-dinheiro.html>

'PEC da Transição é passo para mudança do regime fiscal'

Lucinda Pinto e Gabriel Roca De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187381?page=16§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187381?page=16§ion=1>

Em 2003, reforma da Previdência teve pacto com chefes dos executivos estaduais

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Corte do ICMS custou R\$ 25 bi, dizem Estados

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Governadores vão se reunir com Lula em janeiro para discutir compensação do ICMS e investimentos em infraestrutura

Por Bianca Gomes e Gustavo Schmitt - São Paulo

A pauta econômica é prioridade de governadores que vão se encontrar, em janeiro, com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), numa reunião que, diz o petista, será uma de suas primeiras agendas assim que ele assumir o Palácio do Planalto. Os chefes dos Executivos estaduais levarão a Lula demandas para a compensação das perdas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a adesão ou renegociação do Regime de Recuperação fiscal, a revisão da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e mais investimentos em infraestrutura. Além disso, deve estar em discussão um novo pacto federativo, assunto que interessa ao presidente eleito.

Se forem atendidos, os governadores - que viram seus caixas incharem devido à **inflação** - esperam enfrentar com menos pessimismo um cenário financeiro bem mais apertado no próximo ano, diante do baixo crescimento econômico do país.

Para desafogar os cofres, os tucanos Eduardo Leite (RS) e Eduardo Riedel (MS) afirmam que deverão discutir com Lula neste primeiro encontro a compensação das perdas do ICMS. O tributo, considerado o mais importante para os governadores, foi limitado no governo Bolsonaro.

Leite projeta um rombo nas receitas dos gaúchos de R\$ 2 bilhões este ano e mais R\$ 5 bilhões em 2023. Em outra frente, o governador eleito do Rio Grande do Sul afirma que o estado tem obras em ritmo lento ou paralisadas do governo federal que precisam ser retomadas. Ele cita os casos da duplicação da BR-116 entre Porto Alegre e Pelotas e que se estende até o porto de Rio Grande, além da retomada dos trabalhos da BR-290, que faz a ligação no leste e oeste, de Uruguaiana até Eldorado do Sul.

- A questão da queda do ICMS precisa de uma solução. É um recurso usado para o subfinanciamento de programas federais, como a complementação da merenda escolar e a defasagem tabela do SUS. A união pune políticas públicas ao forçar essa perda de arrecadação de **impostos** - avalia Leite, que na última quarta-feira se encontrou com o vice-presidente eleito,

Geraldo Alckmin (PSB), em Brasília.

Riedel, que assumirá o Mato Grosso do Sul no próximo ano, defende que a materialização da compensação das perdas do ICMS ocorra, por exemplo, via redução do pagamento da dívida e olhando as perdas por itens, e não a partir do recolhimento geral.

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), adiantou que pedirá ao governo federal que dê continuidade aos investimentos na nova subida da Serra de Petrópolis e a conclusão da F118, ferrovia que liga o Porto do Açu, no Norte do estado, à cidade de Anchieta, no Espírito Santo. Aliado de Bolsonaro, Castro já ensaia uma aproximação com o Planalto. O principal interlocutor de Lula com ele é o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e candidato derrotado ao Senado, André Ceciliano (PT).

No Rio Grande do Norte, onde Fátima Bezerra (PT) se reelegeu governadora, a demanda é por recursos para as obras de infraestrutura hídrica, segundo ela, necessárias para o uso pleno da água da transposição do Rio São Francisco. A petista também prevê ajuda federal para a recuperação de rodovias e pretende reivindicar a revisão da tabela de procedimentos do SUS.

Em Minas Gerais, segundo estado mais populoso do país, Romeu Zema (PL) diz que a prioridade é continuar com a expansão do metrô de Belo Horizonte. O governador reeleito apoiou Bolsonaro no segundo turno, mas disse ao GLOBO que vai trabalhar em conjunto com o novo presidente.

Outro tema que será levado à mesa de negociação com Lula é a recuperação fiscal dos estados. Castro diz que o acompanhamento do estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é "crucial" para o crescimento. E Zema pleiteia a conclusão do processo de adesão de Minas ao regime.

- Esse é o ponto principal para que Minas possa ter uma solução para a crise fiscal que enfrentamos e, assim, avançarmos muito na melhoria dos serviços prestados aos mineiros - afirma o governador, que

também quer discutir a conclusão da repactuação do acordo de reparação de Mariana. - É um tema que não podemos atrasar mais, porque os atingidos estão esperando há sete anos para ter uma reparação efetiva.

Zema também chama a atenção para a necessidade de rever o pacto federativo. Segundo o governador, a revisão deve caminhar na direção da descentralização de recursos e articulação regional de políticas públicas.

- A União concentra hoje a maior parte da arrecadação, e são nos estados e municípios que a política pública acontece. É preciso fazer essa discussão para que os demais entes federativos sejam menos dependentes do governo federal - conclui o mineiro.

O GLOBO apurou com auxiliares da equipe de transição que ainda não há uma solução para compensar as perdas com o ICMS, mas que o tema ainda deve ser discutido. Num primeiro momento, a aposta do governo federal será em restabelecer o diálogo com os estados e traçar uma agenda de prioridades para a retomada de investimentos em obras de infraestrutura. Como as despesas dos estados são engessadas, a ajuda da União em obras é vista como essencial para a geração de empregos.

Pacto de governadores em 2003

A ideia de buscar apoio dos estados para aprovar reformas já foi usada por Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato. Em abril de 2003, três meses e meio depois de tomar posse, o petista se reuniu com 25 governadores na Granja do Torto, em Brasília, e definiu detalhes das propostas de **reforma tributária** e da Previdência que seriam levadas ao Congresso.

Para manter o foco dos presentes no encontro, chegaram a ser instalados dois bloqueadores de celulares no local, o que irritou alguns participantes. A reunião durou 11 horas. À tarde, diante das reclamações, os bloqueadores foram desligados.

A primeira reforma acertada nunca chegou a ser aprovada. As discussões sobre mudanças na cobrança de ICMS tiveram momentos de tensão. A então governadora do Rio, Rosinha Garotinho, fez uma intervenção ríspida porque não queria que as regras do ICMS fossem alteradas. Ouviu do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que ela "queria o impossível". Em 2007, já no segundo mandato, Lula novamente reuniu os governadores e também fechou um pacto pela **reforma tributária**. O petista ainda conseguiu apoio de empresários, mas, mesmo assim, houve resistência no Congresso. Agora, Lula também

pretende fazer uma **reforma tributária**.

Já a Reforma da Previdência, que tinha como principal objetivo reduzir a diferença entre aposentados dos setores público e privado, apresentada aos governadores no encontro de abril de 2003, deu certo. Foi na reunião que o petista conseguiu apoio para pontos polêmicos do texto, como a contribuição de servidores inativos. O tema tinha oposição dentro do próprio PT. Foi por causa disso que um grupo de parlamentares, liderados pela então senadora Heloísa Helena (AL), deixou o partido e fundou o PSOL no ano seguinte.

Além da cobrança de inativos, foi acertada na reunião a padronização da alíquota de 11% cobrada de servidores da União, dos estados e de municípios. Outro ponto acordado previa a elevação da idade mínima de aposentadoria dos servidores. Para as mulheres, a elevação foi de 48 para 55 anos. E para os homens, de 53 para 60 anos. Havia ainda a proposta de redução de 30% nos valores das pensões pagos a mulheres, maridos e filhos de servidores.

O texto com as mudanças nas regras da Previdência foi aprovado em outubro daquele ano na Câmara e no Senado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/11/governadores-vao-se-reunir-com-lula-em-janeiro-para-discutir-compensacao-do-icms-e-investimentos-em-infraestrutura.ghtml>

Rombo fiscal volta a ameaçar Estados

LUIZ GUILHERME GERBELLI RENÉE PEREIRA

Sem um ajuste fiscal no próximo mandato, as contas dos Estados correm o risco de voltar para o vermelho. Os governadores reeleitos e os novos que tomam posse em 1.º de janeiro vão assumir com uma incerteza grande em relação ao desempenho da arrecadação, sobretudo depois da lei que estipulou um teto para a cobrança do ICMS sobre itens considerados essenciais, como telecomunicação, combustível e energia elétrica.

O ICMS é o principal tributo dos Estados. Em julho, uma lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro impôs um limite entre 17% e 18% para a cobrança da alíquota - antes, chegava a superar 30%, dependendo do Estado e produto. Governadores questionam a medida e trabalham por uma compensação no caso de queda na receita.

Um grupo criado no Supremo Tribunal Federal (STF) tenta um acordo sobre o tema, mas ainda não houve avanços.

Segundo o Comitê Nacional de Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), a perda pode chegar a R\$ 125 bilhões em 12 meses.

Em 2023, uma reestruturação fiscal nas contas estaduais, com corte de gastos, já é dada como certa. Nas projeções do Itaú, o custo do ajuste deve chegar a R\$ 70 bilhões, para que o resultado primário (aquele que não leva em conta o pagamento de juros) dos Estados fique em 0% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Se nada for feito, os Estados podem ter um déficit de 0,7%. Em 2022, a previsão é de um superávit de 0,5%.

"Os Estados vão perder receita pelo desempenho das commodities, pela desaceleração do crescimento econômico, pela lei do ICMS", diz Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco. "Com certeza, alguns Estados vão sofrer mais do que outros." O futuro das finanças estaduais preocupa porque, não faz muito tempo, boa parte dos Estados enfrentou uma crise fiscal severa. Salários de servidores foram atrasados, pagamentos de fornecedores, suspensos, e obras deixaram de ser concluídas. Serviços públicos também foram afetados.

"É possível que no início de mandato, chamado de 'lua de mel', haja uma tentativa por parte dos governos estaduais de recompor a sua receita de ICMS, seja por meio de novos tributos ou pela revisão

de regimes especiais", afirma Juliana Damasceno, economista da consultoria Tendências.

Um levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado mostra que a arrecadação com o tributo somou R\$ 174,061 bilhões no terceiro trimestre deste ano, uma queda de 6,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. "Não é uma situação dramática como a gente observou na última eleição, com vários Estados com dificuldade de pagamento, mas é um cenário que traz uma preocupação se nada for feito", diz Vilma Pinto, diretora da IFI. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Queda da inflação depende de apoio da política fiscal (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187381?page=16§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187381?page=16§ion=1>

Lei orçamentária está na CCJ aguardando emendas



A lei que será aplicada em 2023 passará por outras comissões antes de ir ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado

Enquanto termina hoje (14) o prazo para envio das emendas da bancada federal ao orçamento da União para 2023, de mais de R\$ 284 milhões, os deputados estaduais continuam a discussão da lei orçamentária do Ceará para o ano que vem. Segundo a matéria, que chegou à Assembleia Legislativa do Estado (Alece) no dia 13 de outubro, após a eleição do governador Elmano de Freitas (PT), no primeiro turno, são mais de R\$ 36 bilhões para despesas e investimentos.

O projeto de lei nº 128/2022 passou pela leitura do expediente no dia 18 do mês passado e desde o dia 25 está na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, aguardando o fim do prazo para acolhimento de emendas (mudanças). Oriundo da mensagem nº 8981, assinado pela governadora Izolda Cela (sem partido), em 11 de outubro, a proposta deverá passar ainda pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, entre outras, antes de ser levada a Plenário. No ano passado, a lei orçamentária foi aprovada pela Casa no dia 23 de dezembro.

O presidente da Assembleia, deputado Evandro Leitão (PDT), disse que haverá debates sobre o orçamento com a sociedade.

Prioridades

Como tem afirmado Elmano após eleição, a prioridade do novo Governo é cumprir promessas feitas durante a campanha eleitoral. São medidas como a gratuidade da passagem no transporte público coletivo entre os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, construção de novos hospitais regionais, aumento das escolas de tempo integral e combate à pobreza.

Na proposta de lei, o valor para 2023 é 27,7% maior do que o orçamento deste ano. Na área da educação,

estão previstos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino em torno de 25% da receita líquida de **impostos**. Na saúde, o valor deve ser de 17,3%.

Para a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará, a proposta foi elaborada com a meta de manter o Estado no topo do ranking nacional com maior volume de investimentos diretos. Assim, devem ser utilizados R\$ 3,6 bilhões em grandes projetos de infraestrutura.

Saúde, segurança pública e educação são as áreas que receberão a maior parte dos recursos, acima dos valores que são exigidos constitucionalmente.

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Saúde, segurança pública e educação são as áreas que receberão a maior parte dos recursos

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Tendência é de uma relação fluida entre Brasil e Chile, avalia embaixador

Rosana Hessel

Santiago do Chile - O resultado do segundo turno das eleições brasileiras, no último dia 30, com a vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o atual chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL), marcou uma guinada na imagem do país no cenário internacional. Além disso, tende a mudar as relações com vários países, principalmente, os vizinhos latino-americanos.

No caso do Chile, por exemplo, apesar de o comércio entre os dois países ter avançado nos últimos anos, a expectativa é de uma reaproximação dos governos, na avaliação do embaixador brasileiro em Santiago, Paulo Pacheco. Por conta do resultado das eleições, a tendência agora é ter uma relação mais fluida, afirma.

Desde o início do governo do presidente Gabriel Boric, em março, houve um distanciamento das relações diplomáticas. O sociólogo Sebastián Depolo - indicado como novo embaixador do Chile no Brasil, a fim de substituir Fernando Schmidt, que ficou quatro à frente da diplomacia chilena em Brasília - ainda não foi recebido pelo governo brasileiro para apresentação das credenciais. E, com isso, o país vizinho continua sem um chefe da diplomacia na capital federal.

Não à toa, tão logo Lula foi declarado vencedor nas urnas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as autoridades chilenas cumprimentaram o presidente eleito nas redes sociais e, no dia seguinte, o líder esquerdista chileno telefonou para o petista para cumprimentá-lo. E, de acordo com autoridades chilenas, Boric pretende comparecer à posse de Lula em 1º de janeiro de 2023.

O embaixador, há dois anos à frente da Embaixada brasileira no Chile, destaca que há grande potencial de crescimento do comércio bilateral, principalmente, de petróleo e automóveis, que vem crescendo e ganhou destaque neste ano. Entre janeiro e outubro deste ano, o fluxo resultante da soma de importações e exportações entre os dois países somou US\$ 11,6 bilhões, superando o volume recorde de US\$ 11,4 bilhões registrado em 2021. No ano passado, o Chile foi o quinto destino das exportações brasileiras, atrás de China, Estados Unidos, Argentina e Países Baixos (Holanda).

De acordo com o embaixador, o maior desafio do governo de Boric será fazer a reforma da Previdência, porque o modelo criado durante a ditadura de Augusto Pinochet e que o ministro da Economia, Paulo Guedes, queria implementar no Brasil, revelou um fracasso.

O diplomata vê um recente acordo comercial entre os dois países, considerado avançado para os padrões da Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma das alavancas das relações bilaterais.

Pacheco ainda aponta o turismo entre as áreas com destaque entre os dois países e que estão se expandindo, inclusive, no número de voos com empresas retomando voos ou estreando no mercado brasileiro, como as de baixo custo. Uma delas, a Jet Smart, que começará a voar duas frequências partindo de Santiago para o Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu (PR), a partir de dezembro.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida pelo embaixador brasileiro ao Correio :

Como estão as relações comerciais entre Brasil e Chile?

As relações comerciais entre os dois países seguem de vento em popa. No ano passado, apesar da pandemia, batemos o recorde histórico de US\$ 11,4 bilhões de fluxo de comércio. E, neste ano, só de janeiro a outubro esse recorde foi superado com US\$ 11,6 bilhões. E a participação do Chile nas exportações brasileiras, subiu de 2,5% para 2,7%, o que é importante, pois o país é o quinto parceiro comercial do Brasil. Outro dado que eu acho muito significativo é que o principal destino de investimento externos diretos do Chile é o Brasil. Quase 30% do total dos investimentos externos chilenos está direcionado ao Brasil. São quase US\$ 38 bilhões de estoque de investimentos no país. Então, é uma relação econômica e comercial muito sólida e com potencial muito grande de expansão. O acordo de livre comércio que entrou em vigor no finalzinho de janeiro vai além do papel do Chile como parceiro estratégico do Mercosul.

Quando esse acordo foi firmado?

O acordo foi assinado em 2018, pelo ex-ministro de

Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira, do governo Michel **Temer** (MDB), e propõe disciplinas que são consideradas OMC plus, o acordo comercial mais moderno que nós temos hoje. Temos uma expectativa de que as relações bilaterais possam crescer ainda mais, porque um dos 24 capítulos mais importantes desse acordo diz respeito a compras governamentais. Agora, as empresas brasileiras vão ter acesso ao mercado chileno de compras governamentais e vice-versa. Então, eu já ouvi chilenos dizendo que o Brasil foi muito generoso nesse acordo, porque comparando as dimensões dos dois países, o que significa o mercado de governamentais federais em comparação ao chileno. Mas ainda estamos estudando a possibilidade de ampliação para estados e outros entes subnacionais.

Qual é a modernidade desse acordo em relação aos outros?

Ele introduz disciplinas como, por exemplo, comércio e gênero, comércio e meio ambiente, e a listagem de produtos que tenham sido previamente inspecionados pelas respectivas agências sanitárias. Isso facilita muito o comércio. Tem também a eliminação do roaming internacional, que impulsionará muito o turismo. Mas isso ainda precisa ser regulamentado pelos dois países. São diversas disciplinas consideradas muito modernas.

Alguma previsão de quando será a regulamentação dessas disciplinas?

Cada dispositivo tem uma data. O acordo está em vigor desde 25 de janeiro deste ano, mas é preciso a regulamentação de cada compromisso. No acordo de roaming, por exemplo, está previsto que esse dispositivo entraria em vigor um ano após a vigência. Porém como houve atraso nas reuniões das equipes, por conta da questão das eleições no Brasil, é muito provável que atrase um pouco. Por outro lado, por conta do resultado das eleições, a tendência agora é ter uma relação mais fluida.

A partir de 2023, serão dois governos de esquerda, no Brasil e no Chile. Como está a questão das relações bilaterais?

Em menos de cinco minutos depois do anúncio do resultado das urnas, o governo chileno cumprimentou o presidente eleito nas redes sociais do governo e da chancelaria. No dia seguinte, o presidente Boric telefonou para o Lula cumprimentando-o pela vitória. Foi uma reação muito rápida e muito festiva. Mas o governo aqui está enfrentando dificuldades.

É! O projeto da nova Constituição foi rejeitado em setembro.

O governo teve uma derrota muito importante que foi a não aprovação do projeto da Constituição. Sessenta e sete por cento dos chilenos rejeitaram o texto (da primeira proposta). Foi uma grande derrota. E, em função dessa derrota, o presidente precisou fazer uma **reforma ministerial**. E essa **reforma ministerial** sinaliza que a intenção de Boric é fazer um governo mais de centro esquerda. Não é possível um governo muito à esquerda, porque ainda há muitos conservadores no Chile. A minha impressão da sociedade chilena é muito conservadora e não é fácil você mudar isso. Os resultados das eleições anteriores ao plebiscito davam uma falsa impressão de que a maioria do país tinha mudado, que a maioria era progressista e refundacional. Todas as eleições eram de voto não obrigatório. Mas o plebiscito de 4 de setembro era obrigatório. Aí mostrou um retrato diferente, com resultados realmente interessantes.

Que resultados?

O governo não conseguiu vitória nem em comunas de maioria de povos originários, por exemplo. Eles perderam praticamente em todas as comunas. E, pouco antes do resultado do plebiscito, saiu uma uma encuesta publicada no El Mercurio que me chamou muita atenção, que indicava que a maioria dos indígenas, que preferem serem chamados povos originários, os representantes originais preferiam o conceito de pluriculturalidade em vez da plurinacionalidade, que era o conceito que estava no texto constitucional e que foi adotado pela Bolívia. Então, você vê que existe uma dissintonia entre as lideranças desses povos originários que estavam representadas na assembleia constituinte e entre os próprios povos originários. Existe uma assimetria.

O governo brasileiro tentou implementar, inspirado no modelo chileno de privatização da Previdência, o regime de capitalização, que está em falência no Chile e está sendo revisto. Quais as chances de mudança nesse novo governo?

Esse é um dos temas mais emblemáticos da campanha do Boric. É um assunto que tem uma dimensão humanitária. A aposentadoria aqui (no Chile) não dá para nada e, por conta disso, começou a ter suicídios de idosos. O presidente chileno já apresentou uma proposta de reforma do sistema, que prevê um sistema misto, com uma parte controlada pelo estado e outra pela operadora de seguros, que vai ser escolhida pelo próprio indivíduo. Isso eu acho que é central. Foi uma das bases da campanha e é o tema mais importante atualmente. E o Chile era uma referência para o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes.

Guedes integrou o grupo dos Chicago boys , que implementou a política econômica neoliberal durante a ditadura de Augusto Pinochet, considerado um case de sucesso , mas que, na verdade, está caindo por terra.

Exatamente. O problema no Chile é a distribuição. Realmente, os números frios são muito positivos, mas há uma desigualdade evidente, apesar de os níveis de pobreza não serem parecidos com os do Brasil. A renda per capita dos chilenos é maior do que a dos brasileiros, e as favelas daqui não se parecem com as brasileiras. As casas são pobres mas são muito dignas. Mas ainda há muita desigualdade e o que eu acho que pesou na eleição chilena foi muito essa questão geracional. Toda essa turma ao redor do Boric é muito jovem. Ele tem 36 anos. Os ministros estão em uma faixa de 30 anos e os assessores, na casa de 20 anos.

E como está sendo a convivência com esse novo governo?

Muitos chilenos criticam Boric porque ele não usa gravata em eventos formais.

Isso demonstra como a sociedade chilena é conservadora. Essa geração do presidente e de seu entorno, como acontece no Brasil, não viveu a ditadura na carne. Eles eram crianças na época e não valorizam os 30 anos da democracia, porque viveram quase o tempo todo deles de adulto no atual regime. Não possuem a memória do que foi a ditadura chilena. Aqui (no Chile), mataram e torturaram até crianças. Eles também não sabem como foram os tempos bicudos na economia durante a ditadura. A pior recessão do Chile ocorreu em 1982 e esse pessoal também não tem essa memória. Uma coisa louvável (da nova gestão) é o discurso para corrigir distorções. Há muitos jovens e muitas mulheres nos cargos do governo. Você vai fazer uma reunião com as autoridades, e eles já estão com o laptop aberto, dando respostas em tempo real. Está sendo uma experiência muito inovadora aqui. A esquerda no Chile é uma novidade na região. Ela é diferente, tanto que a economista italiana Mariana Mazzucato, professora de Economia da Inovação e do Valor Público na University College London, questionou em um artigo se o neoliberalismo que nasceu no Chile deverá também morrer no país. Há uma expectativa muito grande sobre o experimento atual da esquerda no Chile.

Como assim?

Eles querem se distanciar da esquerda tradicional, com exceção da ex-presidente Michelle Bachelet (que é socialista), uma daquelas pessoas que eles

acariciam. Ela apoiou o atual governo e o projeto da Constituição. Ela é a única socialista que eles respeitam. Mas, de um modo geral, o atual governo tenta se distanciar da centro-esquerda, porque a pauta deles vai mais além. É de combate à injustiça social, de igualdade, então, eles incorporaram muitos temas de uma agenda de esquerda do século 21, mas que é diferente da centro-esquerda que inclui meio ambiente, ideologia de gênero, diversidade de orientação sexual, em geral, não só mulheres LGBTQIA . É uma agenda diferente dessa centro-esquerda que governou o Chile.

E quais suas perspectivas para as relações bilaterais entre Brasil e Chile?

Estávamos com as relações político-diplomáticas congeladas, desde que Boric assumiu. O diálogo político-diplomático de alto nível foi interrompido. Não veio nenhuma grande autoridade brasileira visitar o Chile e a única autoridade chilena que esteve no Brasil foi para participar de uma reunião multilateral das Américas na área de Defesa. Agora, a tendência é de que haja um estreitamento das relações, porque eu espero que ocorra um destravamento da questão da indicação de embaixador do Chile.

Em que áreas pode haver esse estreitamento?

Acho que a tendência é de que, com o novo governo, a relação fique mais estreita em todos os quadrantes. A relação econômica continua fluindo e a entre as sociedades também, pois a quantidade de turistas brasileiros visitando o Chile vem aumentando. E tem uma companhia aérea ultra low cost, a Jet Smart, que vai começar a voar duas rotas partindo de Santiago para o Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu (PR), a partir de dezembro deste ano, com preços de US\$ 160 e US\$ 120, ida e volta, respectivamente. Essa empresa ainda estuda operar, no ano que vem, uma rota para Navegantes, em Santa Catarina. Outra empresa passou a operar voos diretos de Santiago para Florianópolis, a Sky.

Algum voo direto para Brasília?

Ainda há intenção de retomar voos diretos do Chile para Brasília. E há conversas com empresas para operar voos diretos para o Nordeste. Mas outra área em que existe um intercâmbio muito forte entre os dois países é a cultura. A quantidade de artistas brasileiros que se apresentaram aqui, em outubro, foi impressionante.

E como está a questão de imigração?

Aumentou muito a quantidade de imigrantes por aqui. Agora, há muitos venezuelanos e haitianos e menos peruanos. Os chilenos reclamam que são mal

atendidos no comércio pelos chilenos, e, quando são bem tratados, normalmente, é porque o atendente é venezuelano. A questão é que os próprios chilenos acham que a questão do serviço melhorou, por conta dos imigrantes venezuelanos.

Como está a pauta comercial entre Brasil e Chile? Houve mudanças recentes?

O Brasil aumentou a exportação de automóveis e de caminhões para o Chile, muito em função da facilidade e da vantagem comparativa que o país tem de poder fazer o transporte de mercadorias por via terrestre. O corredor bioceânico vai ser concluído em janeiro de 2025, mas o Brasil já consegue trazer mercadorias por caminhões. Isso é uma vantagem comparativa importante que foi muito explorada durante a pandemia. Favoreceu o aumento da exportação brasileira de caminhões, de automóveis e de peças de reposição também. Mas o produto que o Brasil mais exporta para o Chile é o petróleo. De janeiro a junho deste ano, 63% do petróleo consumido no Chile veio do Brasil. E o segundo produto mais exportado do Brasil para o Chile, neste ano, é o automóvel, e o país só perde para a China. O Chile é um mercado importante para o Brasil é estratégico no comércio entre os demais países do Pacífico.

Esses acordos são reflexo da falta da indústria no país?

Sim, mas tem sempre o outro lado. Durante a pandemia, os chilenos começaram a reconsiderar a produção de vacinas no país. Eles até abriram uma fábrica com ajuda dos chineses, porque, eles são muito rigorosos e foram pioneiros também na compra de vacinas e na adoção de medidas restritivas para o uso de máscaras.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/11/5051637-tendencia-e-de-uma-relacao-fluida-entre-brasil-e-chile-avalia-embaixador.html>

Democratas festejam a maioria no Senado



Democratas do partido do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, comemoraram, ontem, a manutenção do controle do Senado nas eleições de meio de mandato, um resultado que abala seus rivais republicanos, enquanto Donald Trump se prepara para uma possível nova candidatura presidencial em 2024. A senadora dos EUA Catherine Cortez Masto (D-NV) comentou a vitória no Carpenters International Training Center em 13 de novembro de 2022 em Las Vegas, Nevada.

"É motivo de comemoração", disse uma sorridente Nancy Pelosi, líder dos democratas na Câmara dos Representantes, à CNN, depois que a reeleição da senadora Catherine Cortez Masto no estado de Nevada foi anunciada no sábado.

"Quem teria pensado há dois meses que aquela 'onda vermelha' se tornaria uma gota muito pequena", brincou Pelosi, referindo-se à cor do Partido Republicano.

Diante da alta **inflação** e da impopularidade de Biden, líderes republicanos chegaram a prever um "tsunami" vermelho durante a votação de 8 de novembro.

Onipresente na campanha, Trump tinha como objetivo surfar a onda republicana para fortalecer sua nova candidatura à Casa Branca. Um "grande anúncio" ainda é esperado amanhã, mas seu humor mudou.

Trump atribuiu a derrota a Mitch McConnell, líder dos republicanos no Senado, um forte aliado durante seu mandato, mas de quem se distanciou desde o ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, por partidários do magnata.

"Ele estragou a eleição e todos o desprezam", disse o ex-presidente republicano em rede social, criticando McConnell por não gastar o suficiente na campanha de Blake Masters, apoiado por Trump no Arizona.

A derrota de Masters, assim como de outra das fichas de Trump em Nevada, permite que os democratas mantenham 50 assentos dos 100 no Senado e, portanto, lhes dá o domínio da Câmara alta, já que a vice-presidente Kamala Harris tem o voto de desempate.

Esse resultado ilumina o horizonte de Biden. "Sinto-me bem e estou esperançoso com os próximos dois anos", disse o presidente, de Phnom Penh, no Camboja, onde se encontrou com líderes asiáticos antes de viajar para a cúpula do G20, em Bali.

Os democratas começam até a sonhar em manter maioria na Câmara dos Representantes. "Ainda achamos que temos chances de vencer", afirmou Pelosi, enquanto os resultados ainda são aguardados em cerca de vinte distritos eleitorais. Os republicanos detêm, atualmente, 211 dos 218 assentos necessários para garantir uma maioria, enquanto os democratas teriam entre 204 e 206.

Entre os republicanos, Trump não é o único incomodado. "O velho partido está morto, é hora de enterrá-lo", tuitou o senador Josh Hawley, uma figura republicana de direita, que pediu "a construção de algo novo". Outros aliados de Trump querem desafiar os líderes do partido no Congresso, cujos cargos estarão em disputa em breve.

Entre os moderados, o governador de Maryland, Larry Hogan, apresentado como possível adversário de Trump em 2024, atribui o fiasco ao bilionário republicano.

"Esta é a terceira eleição consecutiva que Donald Trump nos fez perder", criticou Hogan, no domingo, à CNN. "Estou cansado de perder", disse ele, retomando um pouco da retórica que ganha força nos últimos dias na mídia conservadora.

Aos 76 anos, Trump ainda mantém popularidade com parte do eleitorado republicano e as pesquisas, até agora, mostram que ele ainda venceria uma primária republicana. O ex-presidente dos EUA é alvo de várias investigações por seu papel no ataque à sede do Congresso e por sua gestão dos arquivos secretos da

Casa Branca. No entanto, um anúncio de nova candidatura, que deve acontecer amanhã, tornaria uma possível acusação mais sensível.

Colisão aérea deixa 6 mortos

Seis pessoas morrerem no acidente aéreo ocorrido na tarde de sábado, quando dois aviões da Segunda Guerra Mundial se chocaram em pleno ar durante um espetáculo aéreo em Dallas, nos Estados Unidos, informaram, ontem, as autoridades norteamericanas.

O incidente aconteceu no pequeno Aeroporto Executivo de Dallas, durante o espetáculo aéreo Wings over Dallas, que reuniu cerca de 5 mil pessoas. A colisão envolveu um bombardeiro Boeing B-17 Flying Fortress e um caça Bell P-63 KingCobra e viralizou nas redes sociais.

Os aviões se partiram em vários pedaços grandes antes de caírem no solo. A colisão espalhou pedaços das aeronaves no terreno do aeroporto, em um centro comercial e em uma rodovia próxima, que permaneceu fechada durante horas.

Com receita de ICMS menor, Estados falam em rever investimentos

LUIZ GUILHERME GERBELLI RENÉE PEREIRA

Nos últimos anos, as contas estaduais foram beneficiadas por uma conjuntura inédita.

Por causa da pandemia de coronavírus, a União realizou transferências bilionárias para o caixa dos Estados e houve a proibição do reajuste dos salários dos servidores em 2020 e 2021.

Os governadores também foram ajudados pela reabertura da economia, depois de superada a pior fase da crise sanitária, o que aumentou a arrecadação do ICMS, e pela alta nos preços das commodities.

"Não adianta achar que, pelo fato de os caixas estarem mais cheios, há uma capacidade de assumir mais gastos. Na verdade, constitucionalmente, parte disso está comprometida e vinculada, como é o caso de saúde e educação", diz Juliana Damasceno, economista da consultoria Tendências.

Para o Comsefaz, a breve melhora dos índices em 2020 e 2021 deve ser vista com cautela, pois são resultados apenas "ilusórios, que não se sustentarão ao longo dos próximos anos". O comitê argumenta que o efeito da inflação poderá mascarar ainda mais a situação.

Isso porque a correção inflacionária eleva a arrecadação, enquanto os reajustes das despesas são mais espaçados.

"Esse descompasso temporal gera uma falsa sensação de aumento das receitas públicas." Outro ponto é que, apesar das mudanças do ICMS, o Congresso Nacional aprovou uma série de medidas para melhorar a qualidade dos serviços públicos, como o Novo Fundeb e o Piso Nacional da Enfermagem.

Grande parte dessas responsabilidades é dos entes subnacionais.

"O Fundeb, por exemplo, é financiado majoritariamente pelo ICMS. A equação não fecha, não é possível garantir sequer a manutenção, quanto mais a melhora dos serviços públicos", afirma o Comsefaz.

O QUE DIZEM OS ESTADOS.

Para os governadores, a continuidade da lei como está, sem medidas compensatórias estruturais, poderá inviabilizar a administração de Estados e municípios, ameaçando a manutenção dos serviços públicos e a responsabilidade fiscal. O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Leonardo Busatto, diz que só neste ano a perda de ICMS foi de R\$ 2 bilhões.

O resultado, acrescenta ele, obrigou a administração pública a rever novos serviços e investimentos.

Em 2023, o cenário é mais preocupante, pois a pressão será maior. "Se não houver mudança ou compensação, teremos uma situação deficitária.

Para o Orçamento do próximo ano, o secretário afirma que a previsão é de um déficit de R\$ 3,7 bilhões. Com isso, novos investimentos foram cortados e apenas aqueles que estão em andamento foram mantidos.

"Também não incluímos nenhuma reposição dos salários dos servidores nem expansão de serviços públicos." O Estado do Rio diz que ainda analisa quais são os reflexos da perda de arrecadação de ICMS no Estado de agosto a outubro - nos cálculos da IFI, a perda para os cofres fluminenses foi de 13,2% no terceiro trimestre.

A Secretaria de Fazenda do Estado diz ter "recursos garantidos para manter suas atividades normalmente, viabilizando a prestação dos serviços públicos e os pagamentos em dia a servidores e fornecedores, em razão das medidas adotadas para o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal." O secretário da Fazenda de Minas Gerais, Gustavo Barbosa, diz que a mudança no ICMS ocorreu num momento em que o Estado estava em franca recuperação. De janeiro a junho, as receitas haviam crescido 5,5% frente à Lei Orçamentária e 16,8% em relação a 2021.

Mas, com as alterações, entre julho e outubro, houve redução de 5,4% e 4,2%, respectivamente.

"Depois de nove anos, em 2021 tivemos um equilíbrio nas contas. Em 2017, o déficit foi de R\$ 13 bilhões e conseguimos equilibrar isso no ano passado.

Neste ano, ainda vamos conseguir manter o resultado por causa dos números do primeiro semestre e pela

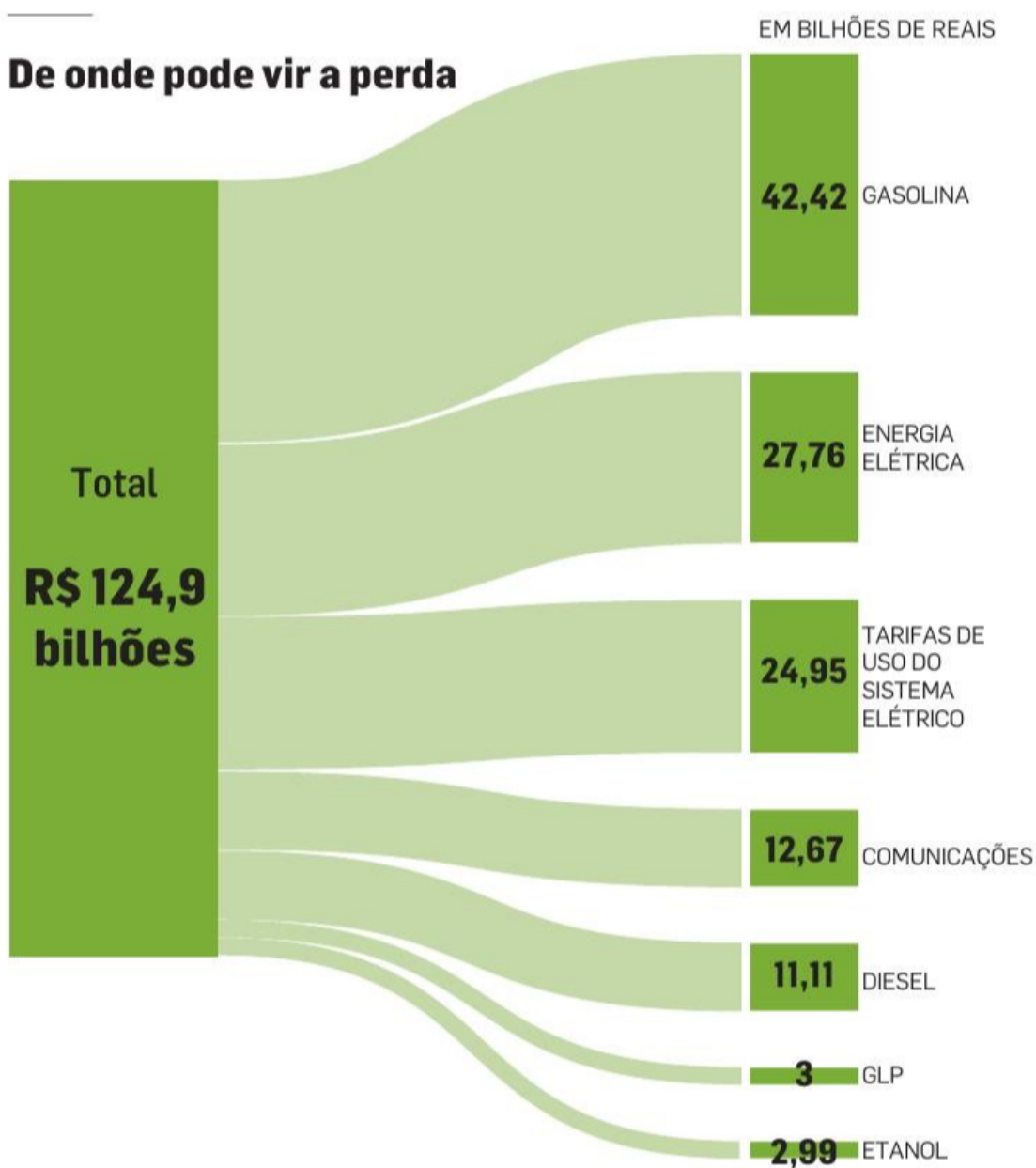
compensação do não pagamento da dívida." Mas, como no caso do Rio Grande do Sul, a preocupação é com o próximo ano. Mantido o quadro atual, a expectativa é de um déficit de R\$ 3,5 bilhões.

O secretário já prevê dificuldade para manter, por exemplo, a malha rodoviária com as obras em dia. "Nossa alíquota de ICMS foi reduzida de 31% para 18%. É um peso grande nas nossas contas, já que o imposto sobre combustível corresponde a 21% da arrecadação do Estado", afirma Barbosa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

QUEDA NA ARRECADAÇÃO

Em 12 meses, os Estados podem ficar sem R\$ 125 bilhões por causa de nova alíquota no ICMS



FONTE: COMSEFAZ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Como as decisões do novo governo podem mexer com os investimentos

MURILO BASSO ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

No dia 30 de outubro, o petista Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com 50,9% dos votos e, a partir de 1.º de janeiro de 2023, será novamente o presidente da República. Na economia, os principais desafios do novo governo incluem a questão fiscal, a baixa produtividade e uma taxa de juros que segue elevada, assim como a inflação.

Nesse contexto, o que esperar dos investimentos no País, em especial os de renda fixa, que são a preferência da maioria dos brasileiros? Destaque-se que no, primeiro semestre de 2022, o volume investido por pessoas físicas no Brasil chegou a R\$ 4,6 trilhões. Quanto à renda fixa, a participação no total passou de 57,5%, em dezembro do ano passado, para 61,3% no último mês de junho, equivalente a R\$ 2,8 trilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A entidade também afirma que 81,7% do volume financeiro do investidor de varejo está alocado em renda fixa.

Especialistas afirmam que, para uma projeção mais aprofundada, seria necessário que a equipe econômica que irá compor o governo já estivesse definida, bem como as políticas que serão adotadas. Apesar disso, é possível fazer alguns prognósticos.

"O programa econômico e social do governo Lula dependerá da composição da equipe econômica, algo que ainda não sabemos.

Se ela tiver um caráter mais reformista, ortodoxo, o cenário para os gastos públicos fica mais previsível. Já uma equipe com perfil mais heterodoxo talvez traga um pouco mais de incertezas e volatilidade, o que poderia exigir juros mais altos por mais tempo", comenta Carolina Taira, gerente de portfólio da B.Side Investimentos.

Assim, caso a nova gestão adote medidas econômicas pró-mercado, os juros futuros tendem a cair, e os ativos em renda fixa devem ter bom desempenho.

Do contrário, as incertezas farão com que o mercado exija um prêmio maior. Nesse caso, as taxas futuras devem subir, e os ativos de renda fixa podem ter retornos abaixo do CDI (Certificado de Depósito

Interbancário) ou até mesmo negativos.

De modo geral, porém, os especialistas entendem que o próximo movimento nos juros deverá ser de queda, sendo que a grande questão é quando os cortes vão começar a acontecer. "Já estamos no fim de um ciclo de alta, e a expectativa é de queda para 2023.

Mas o fortalecimento do papel do Estado como indutor de crescimento deve deixar claramente as taxas de juros pressionadas para cima, a inflação um pouco maior e, conseqüentemente, os juros mais elevados", explica Rodrigo Knudsen, gestor de renda fixa da Empiricus Investimentos.

Segundo ele, isso não muda o fato de que haverá queda de juros no ano que vem. "Não sabemos a magnitude de tudo o que vai acontecer, mas o efeito prático é que a queda será mais devagar, menor ou vai começar mais tarde", afirma.

A Selic vinha registrando ciclos de alta desde março de 2021, quando passou de 2% para 2,75% ao ano. Atualmente, está em 13,75%. A projeção do mercado é de que o primeiro corte ocorra em junho, passando para 13,5%, e encerrando 2023 a 11,25%.

PRAZOS. Carolina, da B. Side, diz que a recomendação, hoje, é de ativos prefixados com prazos curtos, de dois a três anos. Isso porque o risco político deve impactar os investimentos mais longos, especialmente nessa subclasse.

Ativos atrelados à inflação, como títulos IPCA+, com prazos de três a seis anos, também são interessantes.

Segundo a especialista, são ativos mais defensivos por garantirem, no cenário atual, retornos acima da inflação. Para prazos mais longos, a recomendação são os ativos pós-fixados.

Como o próprio nome indica, os investimentos prefixados têm taxa de rentabilidade fixa - 10% ao ano, por exemplo -, e o investidor sabe exatamente quanto terá de dinheiro no futuro, na data do vencimento, independentemente dos movimentos do mercado. Esse tipo de investimento é indicado quando a tendência é de que os juros se mantenham em baixa ou possam vir a cair ainda mais.

Os pós-fixados, por sua vez, estão atrelados a algum índice econômico, como o já citado IPCA, a própria taxa Selic e o CDI, título comercializável somente entre bancos e calculado a partir dos empréstimos que as instituições financeiras fazem entre si para financiar seus processos.

"Nossa recomendação é que ativos com prazos muito longos sejam evitados, pelo menos até que a nova equipe econômica seja definida. Caso o investidor tenha pouco conhecimento, os pós-fixados são mais seguros e devem seguir estáveis", afirma a gerente de portfólio da B.Side Investimentos.

Rodrigo Knudsen, da Empiricus, cita as Notas do Tesouro Nacional da série B (NTN-B), título pós-fixado do Tesouro Direto que acompanha a variação da **inflação** (IPCA), somado a uma taxa prefixada, razão de ser chamado também de Tesouro IPCA+.

O Tesouro Direto é considerado bastante seguro porque o investimento é realizado junto ao governo federal. Além disso, a aplicação é acessível, com aporte mínimo inferior a R\$ 50, fácil de realizar e também de acompanhar.

"Nesse cenário específico, com Lula presidente, a indicação focaria em NTN-Bs. Elas estão com taxas bem atrativas, se conferirmos, por exemplo, o prazo de 2032, de 10 anos de vencimento. Esses títulos estão pagando o IPCA + 6,12%, e esses são juros reais bastante expressivos.

O título IPCA+ é interessante porque protege da **inflação**", diz Knudsen.

Cifras

R\$ 4,6 tri foi o volume de investimentos de pessoas físicas no primeiro semestre, de acordo com a Anbima

61,3% foi a participação da renda fixa no total investido no período

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FUNDOS DE RENDA FIXA NACIONAIS

**Indicações de Rodrigo Knudsen,
gestor da Empiricus Investimentos**

TÍTULO DO TESOURO	RENTABILIDADE ANUAL	INVESTIMENTO MÍNIMO	PREÇO UNITÁRIO	VENCIMENTO
PREFIXADO 2025	13,24%	R\$ 30,68	R\$ 767,23	1º/JAN/2025
SELIC 2027	SELIC + 0,1425%	R\$ 123,37	R\$ 12.337,54	1º/MAR/2027
IPCA+ 2035	IPCA + 6,11%	R\$ 37,91	R\$ 1.895,54	15/MAI/2035
IPCA+ COM JUROS SEMESTRAIS 2032	IPCA + 6,12%	R\$ 39,95	R\$ 3.995,92	15/AGO/2032

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

"Previdência privada 2.0" promete retorno maior ao investidor

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Empresas aumentam envio de recursos para o Brasil

Anais Fernandes e Larissa Garcia De São Paulo e Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Partidos do Centrão querem restringir PEC da Transição

Vandson Lima, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet, Fabio Murakawa e Matheus Schuch De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Rixas afetam poder do G20 de reativar economia global

**Jason Douglas e Andrew Duehren Dow Jones
Newswires**

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/187381?page=1§ion=1>